



**Ministério da Educação
Universidade Federal de Campina Grande
Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários
Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em
Economia Solidária no Semiárido Paraibano**

**Oportunizando Cidadania a Crianças, Jovens e Adultos Numa Perspectiva de
Economia Solidária.**

Carlos Alberto Correia Pereira.

Cuité –PB.

2017

Carlos Alberto Correia Pereira

**Oportunizando Cidadania a Crianças, Jovens e Adultos Numa Perspectiva de
Economia Solidária.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano da Universidade Federal de Campina Grande, como pré-requisito para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof. Dra. Claudia Patrícia Fernandes dos Santos

Cuité–PB

2017

UFCG/BIBLIOTECA



Biblioteca Setorial do CES.

Julho de 2021.

Cuité - PB

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

P436o Pereira, Carlos Alberto Correia.

Oportunizando cidadania a crianças jovens e adultos numa perspectiva de economia solidária. / Carlos Alberto Correia Pereira. – Cuité: CES, 2017.

35 fl.

Monografia (Especialização em educação de jovens e adultos com ênfase em economia solidária no semiárido paraibano) – Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2017.

Orientadora: Dra. Claudia Patrícia Fernandes dos Santos.

1. Economia solidária. 2. Educação de jovens e adultos. 3. Cidadania. I. Título.

Biblioteca do CES - UFCG

CDU 330.873

CARLOS ALBERTO CORREIA PEREIRA

**Oportunizando Cidadania a Crianças Jovens e Adultos, Numa
Perspectiva de Economia Solidária, Através da Associação
Renascendo a Cada Amanhecer.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, para obtenção do título de Especialista. Conceito _____, conforme a apreciação da Banca Examinadora.

Avaliada em ____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cláudia Patrícia Fernandes dos Santos - Orientadora
UABQ/CES/UFCG

Prof. Dr. José Carlos Oliveira Santos – Membro
UABQ/CES/UFCG

Profa. Dra. Leticia Caporlingua Giesta - Membro
UABQ/CES/UFCG

UFCG/BIBLIOTECA

Dedico a Waldirene, minha amada esposa e as minhas filhas, Yohanna e Yanni; transmissoras de felicidades que alegam todos os dias da minha vida.

I UFCG/BIBLIOTECA

AGRADECIMENTOS

- ✓ A Deus senhor de todas as obras.
- ✓ A minha família fonte de inspiração.
- ✓ A minha orientadora, Dra. Claudia Patrícia Fernandes dos Santos, por ter aceito me encaminhar neste processo de aprendizagem e no desenvolvimento desse trabalho.
- ✓ Aos meus amigos (as) e companheiros (as) de curso, que me incentivaram durante todo o processo.
- ✓ Ao Centro de Educação e Saúde (CES/UFCG).
- ✓ Ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano na pessoa de sua Coordenadora Professora. Dra. Claudia Patrícia dos Santos, pela oportunidade da realização do curso.
- ✓ A todos os professores do Centro de Educação e Saúde (CES/UFCG).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Membros por faixa etária da Associação Renascendo a Cada Amanhecer. ...	27
Figura 2: Escolaridade dos membros.....	27
Figura 3: Distribuição do público atendido por modalidade	28

PEREIRA, C. A. C. **Oportunizando Cidadania a Crianças Jovens e adultos, na Associação Renascendo a Cada Amanhecer, na cidade de Baraúna- Paraíba.** 2017. Monografia (Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano) – Universidade Federal de Campina Grande. Cuité, 2017.

RESUMO

Preocupar-se com o bem-estar do outro em busca de alternativas que possam contribuir para o desenvolvimento pessoal, intelectual e moral do cidadão faz-se necessário, sobretudo em uma sociedade marcada por inúmeras desigualdades. Nesta perspectiva, a Associação Renascendo a Cada Amanhecer almeja contribuir para que crianças, jovens e adultos se sintam protagonistas de suas próprias histórias, através de um trabalho social voltado à prevenção, promovendo o incentivo à valorização da cultura local. A pesquisa ora desenvolvida, tem por objetivo principal analisar a filosofia da referida associação, buscando identificar traços que possam ser reconhecidos dentro da perspectiva de Economia Solidária. O trabalho se deu através de pesquisa exploratória e descritiva, cuja metodologia foi aplicada em etapas distintas, embora interligadas. Várias visitas foram realizadas, com o objetivo de colher informações acerca das ações desenvolvidas na referida associação. Ao promovermos rodas de conversas, nos preocupamos em fazer anotações e até mesmo gravações das questões respondidas pelo grupo, constatando assim que a educação informal ali desenvolvida, entre muitos outros requisitos, busca desenvolver o exercício da cidadania, através do respeito à coletividade. Dessa forma se identifica vários conceitos de Economia Solidária, uma vez que a associação tem como princípios a autogestão, na qual a Educação de Jovens e Adultos acontece em um ambiente de cooperação, confiança, solidariedade e participação.

Palavras-chave: Cidadania, Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos.

PEREIRA, C.A. C. Opportunizing Citizenship for Young Children and Adults, in the Association Reborn Every Dawn, in the city of Baraúna- Paraíba. Monograph (Specialization Course in Youth and Adult Education with Emphasis in Solidary Economy in the Paraíba Semiarid) - Federal University of Campina Grande. Cuito, 2017.

ABSTRACT

Concern for the well-being of the other in search of alternatives that can contribute to the personal, intellectual and moral development of the citizen is necessary, especially in a society marked by innumerable inequalities. In this perspective, the Association Renascendo a Da Amanhecer aims to help children, young people and adults feel protagonists of their own stories, through a social work focused on prevention, promoting the promotion of local culture. The research developed here has as main objective to analyze the philosophy of this association, seeking to identify traits that can be recognized within the perspective of Solidary Economy. The work was done through exploratory and descriptive research, whose methodology was applied in distinct but interlinked stages. Several visits were made, with the purpose of gathering information about the actions developed in this association. When we promote the wheels of conversation, we are concerned with making notes and even recordings of the questions answered by the group, thus establishing that the informal education developed there, among many other requirements seeks to develop the exercise of citizenship, through respect for the community. In this way, several concepts of Solidarity Economy are identified, since the association is based on self-management, in which Youth and Adult Education takes place in an environment of cooperation, trust, solidarity and participation.

Keywords: Citizenship, Solidarity Economy and Education of Youth and Adults.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
2.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.2	Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	13
2.3	Economia Solidária	20
3.	METODOLOGIA	24
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
6.	REFERÊNCIAS	31

1. INTRODUÇÃO

Em uma região marcada pela ausência de oportunidades e conhecida como um lugar que oferece muito pouco aos seus jovens e adultos, no tocante ao social, em meio a um sistema capitalista opressor, a Associação Renascendo a Cada Amanhecer se reconhece como uma Organização Não Governamental que busca desenvolver um trabalho de solidariedade, amizade e respeito ao ser humano.

A referida Associação tem por finalidade prestar apoio e orientação aos jovens e adultos do município de Baraúna-PB, através de um trabalho social voltado à prevenção da prática de delitos, promovendo assim, o incentivo à cultura através de cursos de capacitação profissional e o prazer pelas artes, tais como música, dança e teatro; bem como o gosto pelo esporte e a prática do lazer.

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de analisar a formação da Associação, sua filosofia de trabalho e as contribuições para o bem-estar das crianças, jovens e adultos da cidade de Baraúna, estabelecendo assim um paralelo entre Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos no âmbito da informalidade.

Para avaliar o conceito dos associados quanto às atividades desenvolvidas, foram aplicados questionários que ofereciam aos entrevistados a oportunidade de justificar suas respostas em espaços reservados, discorrendo sobre as conquistas que as ações desenvolvidas na referida associação possam ter lhes proporcionado, levando em consideração o fato de que a maioria dos atendidos faz parte de um grupo em vulnerabilidade social e que o objetivo principal da associação seja a reeducação através do compromisso social.

Nesta perspectiva, o objetivo geral do presente trabalho é promover uma análise da filosofia da Associação Renascendo a Cada Amanhecer, que visa oportunizar cidadania as crianças, Jovens e Adultos, numa perspectiva de Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos. Enquanto consideramos como objetivos específicos, conhecer a filosofia da referida associação; obter informações das atividades desenvolvidas; identificar o perfil dos associados; analisar a existência de economia solidária e avaliar da Educação de Jovens e Adultos que é ofertada de forma informal.

Constatamos, portanto que a associação Renascendo a cada Amanhecer tem buscado através de seus projetos, métodos e filosofia, contribuir para o desenvolvimento moral, intelectual e cultural dos jovens e adultos, uma vez que tem como princípio a humildade, a cooperação e o respeito aos conhecimentos prévios que cada um já possui, valorizando assim suas experiências próprias de vida e de trabalho, ao mesmo tempo em

que busca oferecer oportunidades para que o sujeito se reconheça como autor da sua própria história.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação de Jovens e Adultos Informal

O ser humano busca melhorar-se enquanto ser em construção e o processo educativo favorece isso quando se tornam humanizados nesses processos percebemos que as pessoas estão em constante transformação em relação com o mundo em que vivem, isto as leva a transformação e libertação (FREIRE, 2003).

O princípio da educação a sua essência, a sua consistência e o seu direcionamento se dá visando a formação do cidadão. A ele se deve aplicar um sem número de regras, pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, enfim, um sistema gerador de vidas e construção saudável do ser humano. Por isso é que a educação é um fenômeno ao mesmo tempo individual e social. A educação como prática social envolve objetivos e meios estabelecidos conforme a direção que se quer imprimir a ela, pelos diferentes grupos sociais que disputam interesses na sociedade (LIBANIO, 1995). Além de ser um fenômeno social, a educação é revestida de um caráter histórico e político, atividades que acontecem em grupos, em espaços e tempos determinados e que sofrem modificações em função da dinâmica das relações de poder na sociedade moderna.

Educação informal é a que acontece na vida diária; “quanto mais se vive mais se aprende” (OLIVEIRA, 2001). Nesta perspectiva, a Associação Renascendo a Cada Amanhecer proporciona a cada indivíduo contemplado com seus projetos a vivência de uma educação informal, respeitando seus conhecimentos já produzidos e adquiridos, indo além, levando esses sujeitos a poderem sentir alegria, se expressarem como seres ativos pensantes e atuantes nas modalidades desenvolvidas, ou seja através da arte, cultura, esporte e lazer, onde ensinar e aprender com arte é o objetivo principal. A demais fazendo com que eles se envolvam de maneira tal que a consciência do ser cidadão vem gradativamente, onde vão praticando e internalizando os conceitos do que venha a ser cidadania.

Frente a esta proposta de Educação Informal e projetos que atendam a demanda das crianças, jovens e adultos deve-se ter clareza que o envolvimento delas que optam por participarem das atividades da associação é essencial para o crescimento intelectual moral e psíquicos das mesmas.

Segundo Oliveira (1999, p. 62-63) o adulto está inserido no mundo do trabalho e das relações interpessoais de um modo diferente daquele da criança e do adolescente. O adulto tem mais experiência e conhecimento sobre a vida, sobre o mundo e sobre as

relações Inter e intrapessoais, possibilitando maior reflexão e compreensão sobre os temas abordados, sobre o conhecimento, sendo o agente construtor deste processo de ensino aprendizagem. O momento onde se insere a educação informal e educação formal, e obviamente possibilitando-lhe o real exercício de cidadania.

2.2 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Efetivar educação e cidadania as nossas crianças, jovens e adultos se faz cada dia mais necessário em nosso país. Em meio a exclusão social, desemprego e falta de oportunidades, o ensino deve atender as necessidades básicas desse público que tem no aprendizado uma saída para superar, desigualdade, e um futuro já marcado para o insucesso. O desafio é enorme deverá ser de construção de conhecimentos e caminhos que os leve a uma alternativa de vencer essa realidade excludente, por falta de apoio dos que deveriam dar, de modo que busquem o crescimento cultural, social e econômico.

Sabemos que no capitalismo impera a ordem da desigualdade, competição, e outros males. Nesta perspectiva, deverá ser uma preocupação da escola, associação ou grupo, preparar esses jovens e adultos para enfrentar essas adversidades que ficam cada vez mais acirradas, quanto mais avança esses problemas mais a educação oferecida aos jovens e adultos assume seu papel político. Esta realidade aponta outra questão, ou seja, o ensino dessa modalidade deve assumir uma outra postura tanto dos métodos como também do profissional que precisará qualifica-se, tendo uma preparação específica adequada e de qualidade, de maneira que possa corresponder às expectativas atuais do educando e as exigências da sociedade atual em relação ao mercado de trabalho, mas também oportunizando cidadania e o sentido mais claro do que realmente é ser um cidadão com seus direitos e deveres garantidos só assim iremos ter uma sociedade mais igualitária e justa para todos, isso requer do profissional uma boa formação, preparo técnico e científico para poder encarar essa nova ordem educacional, um professor atuante crítico, participativo e ético, que demonstre na teoria e na prática o exemplo mais claro de que venha a ser um cidadão exercendo sua cidadania.

“(…) a prática educativa tem de ser, em si, um testemunho rigoroso de decência e de pureza (...)” (p.36). Neste sentido, testemunhar o pensar certo, isto é, ser seguro e coerente diante das diversas situações no âmbito da educação, consiste na característica primordial do professor, pois ele é o exemplo, suas palavras devem ser reforçadas e reafirmadas em suas atitudes.

Uma vez que, segundo Freire 2002,

“De nada valem as palavras sem a corporeidade do exemplo” (p. 38). Daí a necessidade de auto avaliação por parte do educador; de refletir sobre a prática, seus critérios e métodos. (FREIRE, 2002).

Neste sentido cabe ao professor se renovar, buscar outras formas de ver e levar a seus educandos discussões e meios de superação das questões sociais que envolve o espaço local, regional e nacional, haja vista que cada sujeito é parte desse espaço e tempo e a educação não pode deixar que isso passe despercebidos aos olhos desses próprios sujeitos que deverão buscar sua autonomia com criticidade e consciência.

A cidadania planetária deverá ter como foco a superação das desigualdades, eliminação das sangrentas diferenças econômicas e a integração intercultural da humanidade, enfim, uma cultura da paz como fruto da justiça. Não se pode falar em cidadania planetária global sem uma efetiva cidadania na esfera local e nacional. Uma cidadania planetária é, por excelência, uma cidadania integral, portanto, uma cidadania ativa e plena, não apenas em relação aos direitos sociais, políticos, culturais e institucionais, mas também em relação aos direitos econômicos. Ela implica também a existência de uma democracia planetária. (GADOTTI, 2008)

Freire (1992) enfatiza que a prática educativa deve ser realizada com alegria, esperança, convicção de que a mudança é possível, curiosidade, comprometimento, tomada de decisões e disponibilidade ao diálogo, sabendo escutar o outro e querendo bem ao educando (Freire, 1992). Ainda para Freire (2011), a educação deve ser uma prática da liberdade do ser humano, na qual os conhecimentos são compartilhados entre os sujeitos que desvelam a realidade, conhecem-na criticamente e a recriam.

A educação não é apenas um repasse de informações, mas um momento de comunhão, de desprendimento em que o educador disponibiliza tempo e energia para alcançar o objetivo desejado. Para isso, é necessário conhecer de forma mais objetiva o indivíduo ou a comunidade a quem se quer educar, e esse conhecer implica troca, proximidade e especialmente a consciência e conhecimento das crenças, comportamentos, medos, do modo de vida e tudo que permeia e forma o cotidiano do objeto de educação. Faz-se necessário o conhecimento da estrutura da personalidade, cada indivíduo é único, age e reage de forma peculiar a cada evento, isso em função da sua própria experiência de vida, suas motivações, seus anseios, bloqueios e toda estrutura pregressa de vida, desde a concepção, até o momento presente.

No Brasil, país que ainda se ressentia de uma formação escravocrata e hierárquica, a EJA foi vista como uma compensação e não como um direito. Esta tradição foi

alterada em nossos códigos legais, na medida em que a EJA, tornando-se direito, desloca a ideia de compensação substituindo-a pelas de reparação e equidade. Mas ainda resta muito caminho pela frente a fim de que a EJA se efetive como uma educação permanente a serviço do pleno desenvolvimento do educando.

A nova concepção da EJA significa, pois, algo mais do que uma norma programática ou um desejo piedoso. A sua forma de inserção no corpo legal indica um caminho a seguir.

A EJA é educação permanente, embora enfrente os desafios de uma situação sócio educacional arcaica no que diz respeito ao acesso próprio, universal e adequado às crianças em idade escolar.

A educação cidadã nasce no contexto do movimento da educação pública popular dos anos de 1960 e se inscreve, historicamente, em oposição aos pressupostos e às práticas neoliberais voltadas à educação. Reafirma o sentido eco-político-pedagógico da educação e considera a escola e a comunidade como espaços públicos privilegiados de e para o exercício crítico, ativo e criativo da cidadania, que se constrói na “experiência tensa da democracia” entre sujeitos que se humanizam e que se reconhecem, respeitam e se valorizam, ao mesmo tempo, em suas diferentes diferenças e múltiplas semelhanças. Constitui-se em cinco eixos bem delimitados, quais sejam: 1. relações humanas e de aprendizagem; 2. Gestão democrática e parcerias comunitárias e sociais; 3. Gestão sociocultural e socioambiental das aprendizagens; 4. Avaliação dialógica continuada e formação humana; 5. Projeto Eco Político Pedagógico da escola. (PADILHA, 2004).

A Escola cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos, como um centro de deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania. A escola cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Ela não pode ser uma escola cidadã em si mesma e para si. Ela é cidadã na medida mesma em que se exercita na construção de quem usa o seu espaço. A escola cidadã é uma escola coerente com a liberdade, que, brigando para ser ela mesma, viabiliza ou luta para que os educandos e educadores também sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, a escola cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola que não pode ser jamais licenciada nem jamais autoritária. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia.

A educação cidadã, em íntima conexão com cada comunidade e suas culturas, também se caracteriza pelo seu espírito de mudança, de inovação educacional, que tem a ver com a construção de uma escola de melhor qualidade para todas as pessoas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

qualidade sociocultural e socioambiental que encare o ato de ensinar e de aprender como um ato prazeroso.

Nessa mesma direção, a educação cidadã propõe processos educativos formais e não formais, escolares e não escolares, que tenham como traços principais a alegria, a solidariedade de classes, sempre emancipatória, a afetividade, a responsabilidade e a curiosidade na apropriação e na recriação dos conhecimentos e dos saberes, voltada à transformação social, cuja boniteza se manifeste na possibilidade da formação plena da pessoa, antes de qualquer coisa, um sujeito social e emancipado.

Paulo Freire (2006, p.45) sugere “uma revisão total e profunda dos sistemas tradicionais de educação, dos programas e dos métodos”. No caso o objetivo é a criticidade e a conscientização que a educação deverá proporcionar aos seus educandos e os provocando a atitudes críticas, pensadas, tendo sempre uma ação docente presente.

A EJA, desde o princípio do processo de alfabetização, a discussão deve ser de proporcionar ao grupo, para que os desafios sejam vencidos e o poder da reflexão da consciência, exercitado. Neste sentido, o processo educacional precisa de conteúdos sociais envolvendo a “consciência e o mundo, a palavra e o poder, o conhecimento e a política, em breve teoria e prática” (FREIRE E NOGUEIRA, 2011, P.11).

Segundo Brandão (1989), os autores Nogueira e Freire falam do respeito ao conhecimento gerado na reflexão da favela e frisam sobre o fazer e o saber que devesse traduzir em ideias e percepções através da realidade, na construção do imaginário, da possibilidade do sonho a ser realizado.

Brandão (1989) afirma ser contemporâneo como Paulo Freire do tempo que expõem as novas ideias e nota-se que a escola só ensina o necessário para o momento. Há um interesse mais político do que propriamente cultural, e mesmo sendo uma pedagogia formal, a educação popular continua sendo algo fundamentado de identidade diferenciada e para que ela não fique só no ensinar, é necessário que não seja uma educação tecnicista. Quando o professor chega com tudo pronto, onde fica a compreensão? E a vivência? Para Nogueira 2011, a relação entre o discurso do acadêmico soa alto e dominante sobre a fala popular, esse discurso congela-se em conceito, congela a inteligência.

Paulo Freire destaca que os seres humanos para se posicionarem diante da realidade, devem lutar para que a mesma aconteça, dependendo de sua prática a mutação, educação de jovens e adultos (EJA) desenvolve uma proposta humanizada, de integrar os excluídos na educação, através da mesma poderá promover uma cidadania,

trazendo os indivíduos a participarem do processo de construção e transformação da realidade da sociedade. Recuperação de uma liberdade perdida, a educação traz a possibilidade de libertação, mas para conquistar essa liberdade é fundamental a união dos sujeitos histórico, já que o homem não pode conquistar a liberdade sozinho.

E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de recriá-la, não se sentem idealisticamente opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos liberta-se a si e aos opressores. (FREIRE, 1988, P.30).

Os alunos da EJA são, em sua maioria, trabalhadores que foram excluídos do sistema escolar em suas infâncias. Pessoas que construíram seus conhecimentos no movimento das suas relações familiares, do mundo do trabalho, da vida social, dos grupos religiosos e político, entre outros. Dessa forma, é imprescindível atentarmos para o fato de que são projetos de vida marcados por traços de identidade, origem. Faixa etária, questões de gênero e religiosas, etc. (EITERER & PEREIRA, 2009).

Somente conhecendo os interesses, aspirações e sonhos dos jovens, adultos e idosos, é que o professor criará situações de construção do conhecimento e continuará um ambiente de prazer, capaz de levar o educando a reflexão, posicionando-se de forma crítica.

Para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educando, uma relação de autêntico diálogo. Aquele em que os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto os alfabetizando assumem desde o começo mesmo da ação o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem (FREIRE 2002, P.58).

Segundo Paiva (apud Gadotti, 1995, p. 31), até a 2ª Guerra Mundial, a Educação de Adultos no Brasil era integrada a Educação Popular, ou seja uma educação para o povo, difusão do ensino elementar. Somente depois da 2ª Guerra Mundial é que a Educação de Adultos foi concebida como independente do ensino elementar. De acordo com Paiva (Apoud Gadotti, 1995, p.31), a educação de adultos em âmbito histórico, pode ser dividida em três períodos: 1º de 1946 a 1958, quando foram realizadas campanhas nacionais de iniciativa oficial para erradicar-se analfabetismo; 2º - de 1958 a 1964. Em 1958 foi realizado o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, tendo a participação marcante de Paulo Freire. Esse congresso abriu as portas para o problema

da alfabetização que desencadeou o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire e extinto pelo Golpe de estado de 1964.

Somente com a Revolução de 1930, as mudanças políticas e econômicas permitiram o início da consolidação de um sistema público de educação elementar no país. A Constituição de 1934 estabeleceu a criação de um Plano Nacional de Educação, que indicava pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado, incluindo em suas normas a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva aos adultos (LOPES & SOUSA, 2005).

Dessa forma, a educação de adultos no Brasil se constituiu como tema de política educacional, sobretudo, a partir dos anos 40 quando, segundo Di Pierro, et al.(2001) começaria a tomar corpo, em iniciativas concretas, a preocupação de oferecer os benefícios da escolarização a amplas camadas da população até então excluídas da escola. Essa tendência se expressou em várias ações e programas governamentais, nos anos 40 e 50. Além de iniciativas nos níveis estadual e local merecem ser citadas, em razão de sua amplitude nacional, a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP) em 1942; do Serviço de Educação de Adultos e da Campanha de Educação de Adultos, ambos em 1947; da Campanha de Educação Rural iniciada em 1952, e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958.

As campanhas anteriormente mencionadas deram lugar à instauração, no Brasil, de um campo de reflexão pedagógica em torno do analfabetismo e suas consequências, entretanto, não chegaram a produzir nenhuma proposta metodológica específica para a alfabetização de adultos, nem um paradigma pedagógico próprio para essa modalidade de ensino (DI PIERRO; et al. (2001).

Isso só viria a ocorrer no início dos anos 60, quando Paulo Freire, educador brasileiro que dedicou grande parte dos seus estudos à educação de adultos, constituindo-se em um ícone nessa área, juntamente com a delegação de Pernambuco, da qual fazia parte, divulgou suas idéias no segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos, ocorrido em 1958. A partir daí, suas propostas baseadas no diálogo, nas características socioculturais das classes populares e no estímulo à participação consciente na realidade social passaram a direcionar diversas experiências de educação de adultos. Nesse mesmo evento, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também foi debatida e, em decorrência, foi elaborado em 1962 o Plano Nacional de Educação, gerando a extinção das campanhas nacionais de educação de adultos em 1963 (LOPES & SOUSA, 2005).

Em 1964, o Ministério da Educação organizou o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos, cujo planejamento incorporou largamente as orientações de Paulo Freire. No entanto, em 1964, com o golpe militar, todos os movimentos de alfabetização que se vinculavam à idéia de fortalecimento de uma cultura popular foram reprimidos (DI PIERRO; et al. 2001).

A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada, seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços de estética e na abertura dos canais de participação. (CURY, 2000,p. 9)

Devemos pensar em Educação de Jovens e Adultos no sentido de ultrapassar as metodologias utilizadas até então, de uma proposta voltada apenas para a escolarização, mas ir além disso, apostar nesta modalidade como um direito adquirido, daí a importância de fazer com que esse direito seja vivenciado por esses sujeitos e respeitado pela sociedade que só consegue enxergar na Educação de Jovens e Adultos como algo compensatório, levar esses sujeitos a serem cidadãos autônomos, críticos e ativos nas diversas situações impostas pelo modelo cultural, social e econômico dominante. De acordo com a Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a idade mínima para o ingresso na EJA é de 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio.

A Educação de Jovens e Adultos deve ser tratada juntamente com outras políticas públicas e não isoladamente, pois como destaca Vieira:

Mesmo reconhecendo a disposição do governo em estabelecer uma política ampla para EJA, especialistas apontam a desarticulação entre as ações de alfabetização e de EJA, questionando o tempo destinado à alfabetização e a questão da formação do educador. A prioridade concedida ao programa recoloca a educação de jovens e adultos no debate da agenda das políticas, reafirmando, portanto, o direito constitucional ao ensino fundamental, independentemente da idade. Todavia, o direito à educação não se reduz à alfabetização. A experiência acumulada pela história da EJA nos permite reafirmar que intervenções breves e pontuais não garantem um domínio suficiente da leitura e da escrita. Além da necessária continuidade ao ensino básico, é preciso articular as políticas de EJA a outras políticas. Afinal, o mito de que a alfabetização por si só promove o desenvolvimento social e pessoal há muito tempo foi desfeito. Isolado, o processo de alfabetização não gera emprego, renda e saúde. (VIEIRA, 2004, P.85-86)

O Brasil possui uma base legal com vários indicativos de obrigatoriedade, gratuidade e respeito à especificidade de educação de jovens e adultos. Esse é um aporte fundamental para a materialização da EJA enquanto política pública, mesmo que,

infelizmente, o pleno exercício dessa legislação ainda deixe a desejar. Nesse sentido, conhecer e fazer cumprir a legislação configura-se em desafio para a EJA.

Um marco legal importante das últimas décadas é a Constituição Federal de 1988 que trata de dois aspectos importantes para a EJA: Primeiramente, a questão da garantia da gratuidade dessa modalidade de ensino fundamental (art. 208, inciso I) e, em seguida, o destaque para o enfrentamento do analfabetismo como um dos objetivos de um Plano Nacional de Educação (art. 214, inciso I)

2.3 Economia Solidária

Segundo Castanheira (2008), pensar a respeito da Economia Solidária e da prática da autogestão é pensar, necessariamente, na ação coletiva e nas motivações que a orientam. Tanto a Economia Solidária quanto a autogestão envolvem proposições que rompem com os pressupostos capitalistas, exigindo a adoção de novos conceitos e valores que não se sustentam somente por artifícios econômicos.

Ainda de acordo com Castanheira (2008) no caso desses fenômenos, a ação coletiva ultrapassa o patamar da satisfação de interesses comuns, buscando alcançar algo maior, como o bem-estar social de todos e para todos, o que contrapõe toda a lógica utilitarista preponderante. Diante disso, as relações que se estabelecem não podem se pautar pelos mesmos preceitos racionais da ordem burocrática vigente, ou corre-se o risco de engendrar o que Singer (2002) chama de “formas degeneradas de Economia Solidária.

A economia solidária é uma formulação elaborada a partir de experiências econômicas significativas que apresentam traços constitutivos de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, conservando uma racionalidade distinta das outras realidades econômicas (RAZETO, 1993).

Enfatizando práticas e valores pouco experimentados no sistema capitalista, a Economia Solidária ultrapassa as questões relativas ao mercado de trabalho ou às lacunas deixadas pelo Estado, e define uma nova concepção das esferas econômica e social.

Segundo Singer (2002), a Economia Solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não do capital, de base associativa e cooperativa, voltada para a produção consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida.

A Economia Solidária é hoje o sustentáculo de famílias que, nas suas formas associativas, apresentam positivos resultados com espaço de luta, de construção, de reflexão e de trabalho diário. Ela é ponto importante nas políticas públicas por apresentar um ponto de convergência de interesses comuns que fortalecem o estado no que se relaciona a expansão da economia, das experiências comuns concretas, empreendimentos econômicos solidários e da crescente opção dos movimentos sociais sindical, universidades e organizações populares, por uma forma de luta social a partir da organização econômica das pessoas (BENINI, 2011).

Singer (2002) defende que as organizações de economia solidária devem se contrapor à onda privatista e privatizante, criticando abertamente a racionalidade do lucro e a exploração do trabalho, estabelecendo com isso uma crítica ao capitalismo, apresentando a cooperativa como alternativa ao desemprego e a exclusão. Segundo o autor, na Economia Solidária, os valores de solidariedade, democracia, autogestão e autonomia devem se sobrepor aos valores do capital. Não significa que se deveria adotar o cooperativismo como alternativa única ao capitalismo, antes que deve coexistir com o mercado capitalismo e, ao mesmo tempo criticá-lo.

De acordo com Rodger (1994, p), “na sua maioria esses excluídos do mercado de trabalho formal se assemelham no que tange sexo, raça e nacionalidade, sendo esta uma situação que atinge o mercado mundial”.

De acordo com Kruppa (2005).

A Economia Solidária é um meio de um contexto social que propõe a igualdade de condições e o direito a diferença. Igualdade de condições que elimina a sociedade hierárquica, propondo uma sociedade marcada por relações democráticas, onde a diferença entre os indivíduos possa acontecer sem gerar dificuldades. É, portanto uma economia com defesa da igualdade e da inclusão de todos, não postulando, contudo, a defesa de idêntica. Uma economia que considera que as pessoas são diferentes e devem ter espaços para o exercício de suas diferenças (Kruppa, 2005 p. 27).

A proposta autogestionária advoga que a ação socialista tenha em seu horizonte o princípio da autogestão máxima na vida social e comunitária, nesse sentido alguns eixos são fundamentais para a redefinição da democracia socialista: Um governo de esquerda no poder e um movimento da economia solidária autogestionária. (NASCIMENTO, 2011, p. 98).

Alvear (2012, p. 08), diz que:

[...] o desenvolvimento local é uma forma de se pensar a atuação local no território a partir de seus locais, partindo das competências de seus moradores, valorizando o saber local, e articulando este de forma coletiva e participativa.

A reinvenção da Economia Solidária porta entre si uma espécie de ressurreição de valores que fazem parte da cultura do movimento operário: solidariedade, auto-gestão, autonomia, mutualismo, economia moral etc. Nesse sentido, Economia Solidária e autogestão, se não sinônimos, são termos que caminham juntos. Podemos mesmo afirmar que não há auto-gestão sem economia solidária e que não pode haver economia solidária sem autogestão, (NASCIMENTO, 2011).

O conjunto de empreendimentos, produtos de iniciativa coletiva, com certo grau de democracia interna e que remunera o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade. Por sua vez a autogestão é mais um ideal de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modelo de produção. (NASCIMENTO, 2011)

Em linhas gerais, a autogestão significa o desenvolvimento de relações sociais novas, coletivistas, igualitárias e fundadas em práticas de democracia direta nos espaços da produção e da sociedade em geral. Uma das características importantes da autogestão é a luta pela radicalização da democracia onde quer que se realize. (NOVAIS & FARIA, 2012) A construção da Economia Solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente (SINGER, 2002).

De acordo Mance (1999) houve no Brasil, durante a última década, a crescente organização da Economia Solidária em se tratando de movimento, ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas no que dizia respeito à sua inserção nas cadeias produtivas e nas articulações do seu entorno. O autor acredita que a Economia Solidária seja uma estratégia possível de luta contra as desigualdades sociais e o desemprego, e que a necessidade de empreendimentos cooperativos espalha-se como atividades de práticas econômicas, fundadas como princípios de solidariedade, existentes em todos os continentes, muito antes da revolução industrial, uma vez que o bem viver das pessoas é garantido mediante geração de trabalho e renda em que se agraga o conceito de uma colaboração solidária, que visa necessariamente construção de sociedades pós capitalistas para efetivação da liberdade humana.

Mance (1999) ainda diz, ao considerarmos a colobaração solidária como um trabalho e consumo compartilhados cujo o vínculo recíproco entre as pessoas provém de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular, busca-se ampliar o máximo possível o exercício da liberdade pessoal e pública, introduzindo-se assim o exercício humano da liberdade.

A Economia Solidária é uma proposta de transformação social, pois surge como alternativa de geração de renda, frente a exclusão ou instabilidade no mercado de trabalho poutando-se na emancipação e não na exploração dos sujeitos envolvidos, onde todos dão sua parcela de contribuição (PISTELLI, 2009).

A chamada Economia Solidária é considerada um movimento social oriundo de iniciativas associativistas, que buscam uma nova racionalidade nas relações de produção e trocas de bens e serviços (BENINI, 2008).

O que coloca o tema “Economia Solidária” no cerne de discussões teóricas na dimensão concreta de atividade humana, como movimento situado na busca pela geração de trabalho e renda, no atual momento histórico é, sem dúvida, a questão social, em especial o desemprego e a precarização do trabalho (ROCHA, 2001 apud TAUILE, 2001).

Segundo Singer 2005, Economia solidária pode ser entendida como o conjunto de atividades economicas – de produção, comercialização, consumo, poupança e crédito – organizados de forma autogestionária.

Na Economia Solidária cada trabalhador é responsável pelo o que ocorre com a empresa, participando plenamente tanto das sobras quanto dos prejuizos. Se as sobras são significativas parte delas será investida no empreendimento, valorizando a propriedade do conjunto dos sócios; outra parte poderá ser repartida entre eles, ou colocada em um fundo de reserva. (SINGER, 2005,p. 14).

Arruda (2000) também conceitua a Economia Solidária como uma proposta ideológica de contraponto a economia capitalista. Todavia, não como um programa, mas uma filosofia de vida, que consiste em uma nova forma de pensar o ser humano, a economia e o mundo como um todo. Define como base desta filosofia, os valores da partilha, reciprocidade e solidariedade.

Gaiger (2003) define as características da Economia Solidária como: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, autosustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

3 METODOLOGIA

Diante do exposto, optamos por realizar o tipo de estudo exploratório que, de acordo com Samara & Barros, (2002), trata-se de um tipo de pesquisa também denominada *desk research*, que tem como principal característica a informalidade, a flexibilidade e a criatividade, procurando sempre obter um primeiro contato com a situação a ser pesquisada. Nesta perspectiva, a metodologia foi realizada em etapas distintas, embora buscando o mesmo objetivo, de forma, que se sobreponham em alguns momentos.

De princípio buscou-se promover a sensibilização dos membros da associação, tornando-os cientes do principal objetivo de nossa pesquisa. Disposta a colaborar, a “Associação Renascendo a Cada Amanhecer”, de maneira democrática, nos prestou relevante contribuição através do fornecimento das informações necessárias à realização do presente trabalho.

Necessário se faz registrar outra parte considerada como de suma importância para a concretização de nossa pesquisa, através da aplicação do questionário a todos os membros da referida associação. Nesta perspectiva, foi entrevistado o Presidente, que nos relatou dados sobre a fundação da Associação e ainda forneceu subsídios no tocante aos projetos desenvolvidos. Buscou-se saber, no desenvolvimento da pesquisa, o nível de conhecimento que os membros possuem acerca dos assuntos ora em estudo, tais como: Economia Solidária, Autogestão, Associativismo e Cooperativismo; buscando assim estabelecer um paralelo, entre o conhecimento científico e aquilo que está sendo aplicado, na prática.

Dando continuidade ao nosso trabalho, entrevistamos ainda 09 membros integrantes da Associação. Tais entrevistas tiveram duração média de 60 minutos, as quais foram gravadas e, posteriormente, transcritas para em seguida serem analisadas. Uma vez que foram aplicadas de forma individual, essas entrevistas possibilitaram alcançar uma variedade de impressões e percepções dos membros em relação aos seus projetos, bem como da associação como um todo. Por vezes, essas impressões também foram captadas através de conversas informais que se estabeleceram entre uma e outra entrevista.

Consideramos o questionário aplicado como de suma importância para o desenvolvimento de nosso trabalho, haja vista que nos possibilitou aprofundar os conhecimentos acerca da associação, bem como do compromisso e responsabilidade de cada um dos seus membros.

Quando questionados sobre o nível de satisfação obtido por fazerem parte da referida associação, apesar do grupo ter como predominância a juventude de seus membros, todos responderam que se sentem felizes e realizados e que pretendem continuar contribuindo, uma vez que acreditam na construção de uma sociedade melhor. Questionou-se, ainda, sobre a aceitação das pessoas atendidas nos projetos da Associação. De acordo com a avaliação dos associados, todas as crianças, jovens e adultos beneficiado, demonstram-se bastante satisfeitos. Neste sentido, de acordo com informações obtidas pela Associação através da Secretaria de Educação do Município, todos os beneficiados estão matriculados na Escola Regular; frequentam as aulas normalmente e não foi registrada nenhuma evasão por parte das crianças, jovens e adultos, atendidas por projetos da Associação; bem como se tem observado significativa melhora no que diz respeito ao comportamento dos mesmos.

Vale salientar que todas as atividades do presente projeto, foram realizadas em caráter permanente e sistematizadas, priorizando sempre a metodologia denominada roda de conversa. Consideramos que a dinâmica aplicada favoreceu a observação sobre a interatividade entre os membros e, principalmente a alegria dos mesmos em promoverem ações que objetivam oportunizar aos menos favorecidos à participação em projetos que envolvam compromisso social e solidariedade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

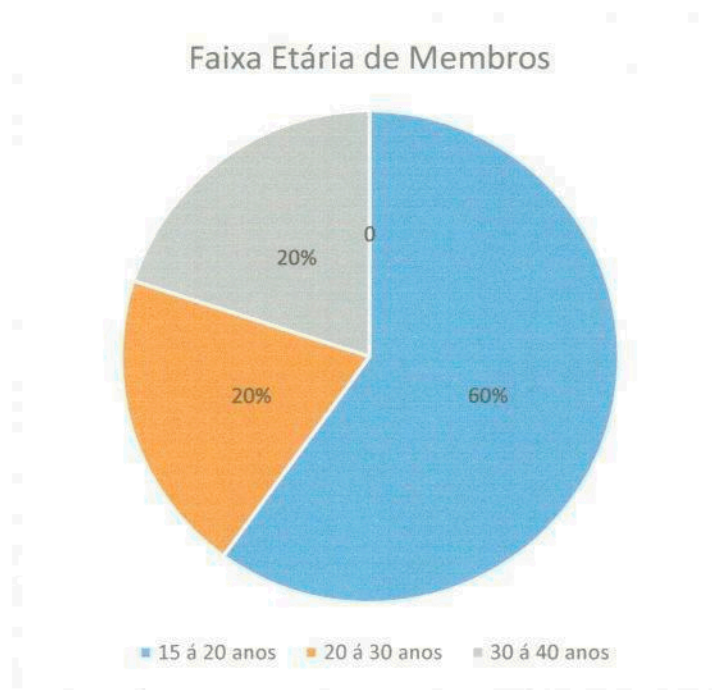
Surpreendente foi durante o trabalho de campo observar pessoas tão jovens estarem envolvidas em um projeto desses, quando questionados se é satisfatório participar, todos foram unânimes em dizer que sim, pois acreditar em uma sociedade melhor, faz com que eles queiram continuar contribuindo. Outro questionamento feito foi sobre a aceitação das pessoas atendidas nos projetos. Pela avaliação deles todas as crianças, jovens ou adultos são satisfeitos em poderem participar. De acordo com informações obtidas pela Associação através da Secretaria de Educação do Município, todos frequentam as aulas normalmente, nenhuma evasão pelas crianças, jovens e adultos atendidos e seus comportamentos melhoraram nas salas de aula.

Através do questionário observou-se a predominância do gênero masculino por parte dos membros da Associação Renascendo a Cada Amanhecer, ou seja, 98% são masculinos e 2% compreende o gênero feminino. Outro dado observado foi a total satisfação por parte dos membros ao desenvolver seus projetos em suas respectivas modalidades, constatou-se que 100% deles são satisfeitos.

Já no tocante a faixa etária, o que chama a atenção é a diferença de idades entre os membros, esse fato leva a uma diversidade de ideias maravilhosas, haja vista que o membro de 15 anos tem suas próprias especificidades de convencer a um adolescente ou jovem como queira, de ser um participante em seu projeto, do mesmo modo podemos dizer de um adulto com seus 30 ou 40 anos.

Verificou-se que 98% dos membros não tem conhecimento sobre Economia Solidária, apenas 2% conhecem parcialmente, esse fato revelou a importância de que o grupo precisa procurar informações a esse respeito e tentar buscar formações junto a ECOSOL.

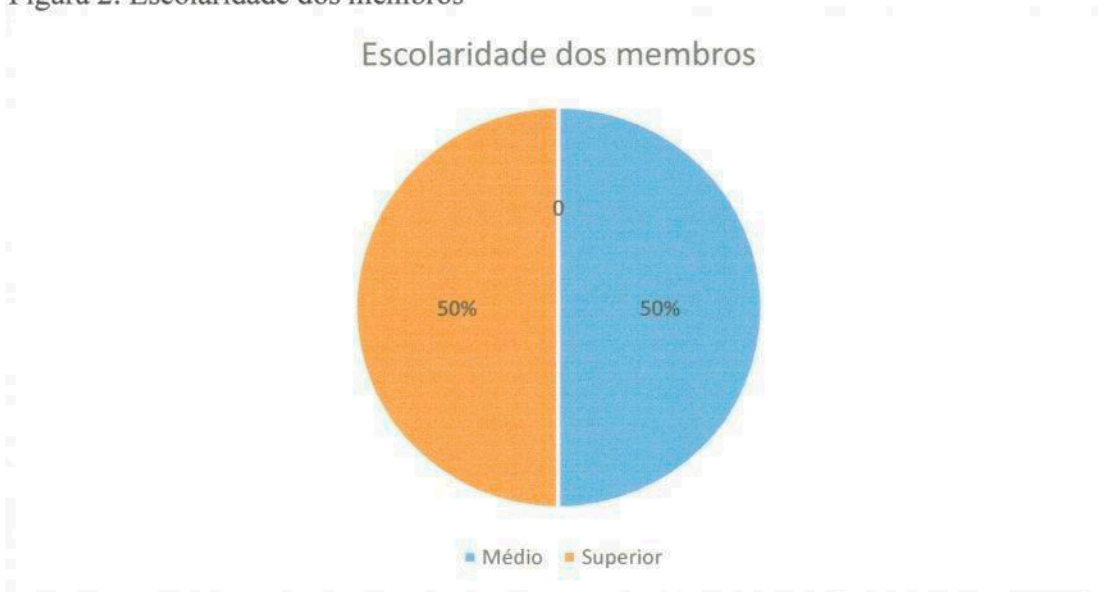
Figura 1: Membros por faixa etária da Associação Renascendo a Cada Amanhecer.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A Figura 1 mostra a faixa etária dos membros que compõem a Associação Renascendo a Cada Amanhecer, que varia entre 15 a 40 anos de idade, de modo que 60% dos membros são de 15 a 20 anos, 20% de 20 a 30 anos e 20% de 30 a 40 anos.

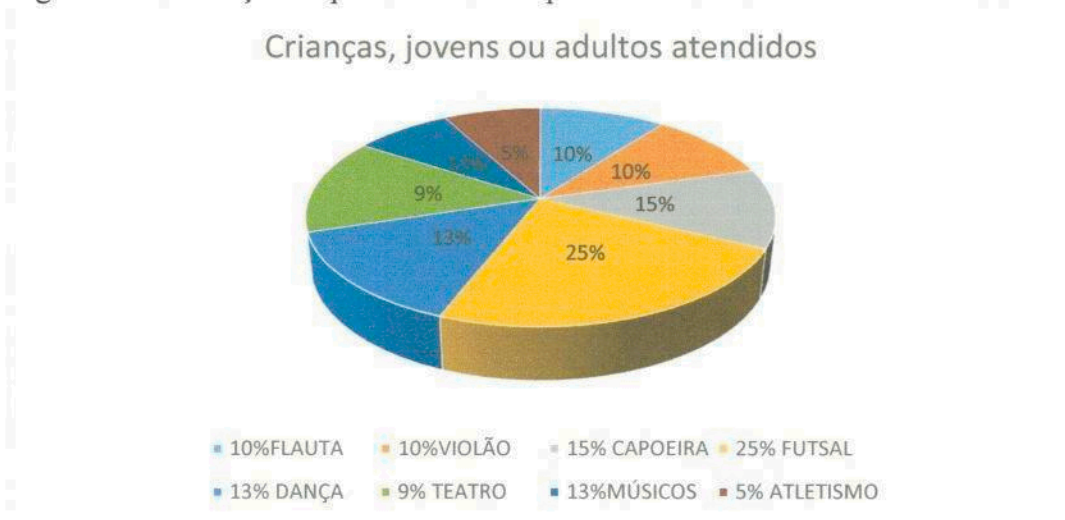
Figura 2: Escolaridade dos membros



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A Figura 2 mostra o nível de formação escolar dos membros da Associação Renascendo a Cada Amanhecer, onde identifica-se que 50% possuem ensino superior e 50% ensino médio.

Figura 3: Distribuição do público atendido por modalidade



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Pode-se observar, na Figura 3, que os projetos desenvolvidos pela Associação Renascendo a Cada Amanhecer e os percentuais correspondentes ao público atendido.

Todos os resultados e dados são considerados importantes, porém, o que marca a Associação é a escolaridade dos associados, todos com ensino médio ao superior completo, com base nesta informação, foi possível observar a diferença entre esse grupo e outros visitados durante o curso, haja vista que em sua maioria, seus membros não possuíam escolaridade concluída, apenas o ensino fundamental incompleto ou não eram alfabetizados.

Gadotti & Romão (2008, p.31) asseguram que:

Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transportes, empregos etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida comprometem o processo de alfabetização dos jovens e dos adultos.

A escolarização dos associados, facilita o trabalho desenvolvido, no envolvimento de outros jovens a vir ser participante desses projetos, na verdade o que faz um jovem vir a ser integrante de alguma ação é a beleza do projeto e a sua visibilidade como algo que possa contribuir para o crescimento pessoal, mas, um membro que tenha certo grau

de escolaridade e desenvolve uma atividade, fica bem mais fácil conseguir novos adeptos.

Os resultados referentes à participação ativa nas discussões, decisões e satisfação em relação a ser membro da associação revela que de forma geral todos são satisfeitos. Ficou demonstrado que a cooperação entre os membros é visível, fato importante para que um projeto voltado para a questão social, tenha continuidade numa perspectiva de Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos.

Estar em campo fazendo essa pesquisa junto ao grupo foi uma grande oportunidade de conhecer o trabalho desenvolvido, que atuam de forma solidária, responsável, ética e democrática. Foi considerável também a boa interação construída entre os membros em fornecer informações sobre todos os projetos para a conclusão desse trabalho, o que gerou uma relação de confiança e compromisso de ambos os lados.

Por ser um grupo novo, a Associação enfrenta algumas dificuldades, por falta de orientação do ponto de vista do associativismo, cooperativismo e auto-gestão, seus membros além dos projetos já existentes procuram incorporar novas ideias e propostas o que causará grandes desafios a serem superados. Outros problemas são a falta da sede própria, recursos para compras de instrumentos musicais, materiais esportivos e fardamentos para o público atendido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido da Associação Renascendo a cada Amanhecer demonstrou resultados positivos, visto que foi possível conhecer o real interesse do grupo e seus objetivos. A associação desempenha um papel fundamental no que se refere as questões culturais e sociais, uma vez que atendem crianças, jovens e adultos de áreas pobres tanto da zona urbana quanto da zona rural do município.

Enfim, foi diagnosticado durante a pesquisa que mesmo com muitas dificuldades, a associação, através de suas atividades conseguem realizar algumas ações interessantes, para que o grupo possa continuar pondo em prática seus objetivos, se faz necessário um aprofundamento relacionado a formação e informação a respeito de Economia solidária, cooperativismo e autogestão, de modo que precisam de um direcionamento nesse sentido, desta forma a ECOSOL, pode ser o caminho ideal para contribuir com esta necessidade, apoiando e prestando conhecimento.

Diante do exposto, percebeu-se que Economia Solidária ainda é um tema muito distante do conhecimento dos membros da associação. É preciso que a Economia Solidária seja, de fato, reconhecida como política pública de Estado, a fim de fomentar ações que permitam às pessoas passarem a conhecer ou se engajarem em algum tipo de empreendimento, que proporcione benefícios, formação, capacitação, e que através disso possam superar dificuldades existentes, que haja mais esclarecimentos acerca dessa economia, e com isso todos tenham uma sociedade mais igualitária, equilibrada e justa.

O que se pretendeu no presente trabalho foi verificar através da pesquisa a existência de Educação Informal, Economia Solidária como também a filosofia praticada pelos autores. Diante dos questionários e das conversas informais durante a pesquisa comprovou-se que a Associação desenvolve sim, tais conceitos no campo da teoria e da prática. A filosofia praticada leva o sujeito a buscar caminhos que mudem sua situação atual, valoriza a participação democrática, assumindo-se como sujeito atuante, construindo a sua própria história sendo responsável e valorizando a liberdade.

6 REFERÊNCIAS

- ALVEAR, C.A.S. et al. A Economia Solidária em Territórios Populares. Rio de Janeiro: Nucleo de solidiedade técnica da UFRG. Secretária Especial de desenvolvimento Economico Solidário – SEDES. 2012.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- ARRUDA, M. Um novo humanismo para uma nova economia. In: KRAYCHEQUE, G. Economia dos setores populares. Petrópolis: Vozes, 2000, p.199-223.
- BENINI, A. Edi. Sistema Orgânico do trabalho: Uma perspectiva de trabalho associado a partir das práxis de Economia Solidária. In: BENINI, Edi, et al. (orgs). Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e políticas Publicas de Economia Solidária. Vol. 1- Outras Expressões, SP, 2011.
- BENINI, E. G. Reforma Agrária no Contexto da Economia Solidária, Palmas: UFT, 2008.
- BENINI, É.etal. Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e políticas públicas de economia solidária. São Paulo: Outras espressões, 2011.
- BRANDÃO, C. R. O que é educação popular. 3ª edição. Brasiliense, 1989.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. MEC. Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular – 1º segmento. Coordenação e texto final de Vera Maria Masagão Ribeiro. São Paulo: Ação Educativa, 2001.
- CASTANHEIRA, Nelson Pereira. Estatística aplicada a todos os níveis. 4 ed. Curitiba, PR: IBPEX, 2008.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Parecer CEB 11/2000.
- DI PIERRO, M.C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Cadernos cedes, ano XXI, n.55. Nov. 2001.
- EITERER, Carmem Lucia e PEREIRA, Maria Antonieta. Propostas de trabalho no currículo da EJA. In. Presença Pedagógica. V.15, nº 88, jul/ago. 2009. p. 71-76.
- FREIRE, A.M.A. Paulo Freire: Uma História de vida. 1ª Edição Editora Villa das Letras. Indaiatuba, SP. 2006.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 35ª edição, 2003.
- FREIRE, Paulo (1988) Educação e Mudança, São Paulo: Paz e Terra (1º ed de 1979).
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa-21ª Edição- São Paulo. Editora Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido, São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. Pedagogia: diálogo e conflito. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J.E Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e propostas.

GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. São Paulo: Ática, 2008.

GADOTTI, Moacir. A educação contra a Educação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GAIGER, L. I. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A.D. (Org). A outra economia. Os caminhos da economia solidária no Rio Grand.

KRUPPA, S.M.P. (Org.). Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Inep, 2005.

LIBANEO, José Carlos. DIDÁTICA. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

LOPES, Selva Paraguassu; SOUZA, Luzia Silva. EJA: uma educação possível ou mera utopia? Revista Alfabetização Solidária (Alfasol), São Paulo, v. 5, 2005.

MANCIE, E, A. A revoluções das redes: A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, C. O Socialismo como Autogestão: A autogestão e o novo cooperativismo 1º. Ed. São Paulo: Outras expressões, 2011.

NOVAES, Henrique Tahan; FARIA, Maurício Sardá de. Algumas notas sobre as empresas recuperadas latino-americanas dentro de uma perspectiva histórica. Revista acadêmica PROCOAS – AUGM, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 115.

Oliveira, M. K. Três questões sobre desenvolvimento conceitual. In: Oliveira, M. B. e Oliveira, M. K. (org). Investigações Cognitivas Conceitos, Linguagem e Cultura. 1999.

OLIVEIRA, M. K. Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. In: RIBEIRO, V. M. (org). Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras. São Paulo: Ação Educativa; Campinas: Mercado das Letras, 2001.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. Possibilidades de história ao contrário, ou, como desencaminhar o aluno da classe especial. 3 ed. São Paulo: Plexus Editora, 2004.

PISTELLI, R. S. S. Mercado para Quem? Por uma Comercialização a Favor da Transformação Social. Do Livro ECONOMIA DOS SETORES POPULARES: pensamentos, ferramentas e questões (páginas 29 a 34) – Porto Alegre: Catarse – Coletivo de Comunicação, 2009.

RAZETO, L. economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M; GUTIERREZ F. (Org). Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 1993.

RICHARDS, J. & RODGERS, T. Approaches and methods in language teaching. Cambridge, Cambridge University Press. 1994.

ROCHA, J. M. Economia Solidária: discutindo uma nova ética nas relações de troca. Curitiba, Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Paraná, 2001.

RODGER, G. Overcoming exclusion: livelihood and rights in economics and social developmente international Institute for Labour studies. Geneve, august, 1994.

SAMARA, Beatriz Santos; BARROS, José Carlos. Pesquisa de Marketing; conceitos e metodologia. 3ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

SIENA, O. Metodologia da pesquisa científica: Elementos para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos. PORTO VELHO, 2007.

SINGER, P. A economia solidária como um ato pedagógico. In: Kruppa, Sonia M. Portella. (org) Economia Solidária e Educação de jovens e Adultos. Brasília: Inep, 2005.

SINGER, P. Economia dos Setores Populares – Propostas e Desafios. In: KRAYCHETE, G. et al. (org.) Economia dos Setores Populares: Entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Campina; Salvador: CESE/UCSal; 2000.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

TAUILE, J. R., 2001. “Do socialismo de mercado à economia solidária”. Seminário internacional *Teorias de Desenvolvimento do Novo Século*.

VIEIRA, Maria Clarisse. Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos – Volume I: Aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

VIEIRA, Maria Clarisse. Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos – Volume I: Aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

APÊNDICE
Questionários aplicados

UFMG/BIBLIOTECA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM ÊNFASE
EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

Questionário proposto ao responsável e presidente do grupo Renascendo a Cada Amanhecer.

1. Qual sua idade?

2. Qual é a sua formação educacional?

3. De quantos membros é formado o Renascendo a Cada Amanhecer?

4. Além de presidente e responsável da associação, qual é o seu projeto dentro do Renascendo a Cada Amanhecer?

5. O que você entende ou sabe por Economia solidária?

6. Quantos projetos existem dentro do Renascendo a Cada Amanhecer?

7. Quantas crianças, jovens e adultos são atendidas nesses projetos e na associação como um todo?
